

**Novos Modos de Expressão dos Sentimentos de Injustiça,
Relações com a Ação Coletiva e Modos de Interpelação do Estado**

**Nouveaux Modes d'Expression des Sentiments d'Injustice,
Rapports avec l'Action Collective et Modes d'Interpellation de l'État**

Seminário Internacional

3 e 4 de maio de 2019

CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Em conjugação com o

***Mestrado em Sociologia /
Políticas Públicas e Desigualdades Sociais
FCSH – Universidade Nova de Lisboa***

Intervenientes:

Cristina Albuquerque, CICS.NOVA FCSH, UNL e Univ. de Coimbra

Casimiro Balsa, CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL

Fernando Bessa e Manuel Carlos Silva, CICS.NOVA, Universidade do Minho

Lindomar Wessler Boneti, Pontifícia Universidade do Paraná

Maria João Leote de Carvalho, CICS.NOVA, FCSH, UNL

Viviane Châtel, CICS.NOVA FCSH, UNL e Université de Fribourg

Andreia Lemaître, CICS.NOVA, FCSH, UNL et Université Catholique de Louvain

Michel Messu, PHILÉPOL- Université Paris Descartes

Marc-Henry Soulet, CICS.NOVA FCSH, UNL e Université de Fribourg

LOCAL

Faculdade das Ciências Sociais e Humanas, UNL

Edifício I&D – Sala Multiusos

Av. de Berna, 26-C

Lisboa

Participação livre sujeita a inscrição prévia

Mail para: cics.nova@fcsch.unl.pt

Problemática

Novas formas de expressão dos sentimentos de injustiça, relações com a ação coletiva e modos de interpelação do Estado

Uma crescente consciência dos limites do que é aceitável e o refinamento dos sistemas de escrutínio públicos exacerbam a sensibilidade ao destino daqueles que estão sujeitos a situações de desprezo e de humilhação que serão indexadas, por isso, a escalas de tolerância cada vez mais reduzidas. Ao mesmo tempo em que se multiplicam as expressões e os lugares das exclusões, emergem igualmente novas “queixas sociais” (JL Génard, 2006) dolorosas e que se apresentam como verdadeiros murros no rosto de uma sociedade que estava habituada a mantê-las na esfera da invisibilidade (V. Châtel, 2003).

Estas “queixas sociais” podem surgir em torno de situações que põem em causa a dignidade social, a afirmação cidadã ou o exercício da cidadania, a expressão de identidades ou de pertenças reivindicadas... Podem manifestar o sofrimento causado por ataques à integridade física ou moral dos indivíduos, às suas comunidades ou aos atributos que as singularizam. O surgimento dessas expressões de queixas sociais, que não são (ainda?) verdadeiros problemas sociais ou que subvertem os antigos, não é uma questão totalmente nova. Interessa-nos, aliás, traçar o quadro da sua evolução de modo a melhor poder compreender a especificidade das novas queixas que emergem.

A um outro nível, queremos interrogar-nos sobre o estatuto que essas “queixas sociais” assumem em relação à ação coletiva. Como é que elas se encaixam nos movimentos sociais e na dinâmica da definição dos problemas sociais que pressupõem uma evidência coletiva e amplamente partilhada de que as situações poderão realmente vir a mudar e, ao mesmo tempo, a adesão a um ideal normativo valorizado suscetível de orientar o sentido da mudança. Será que no enquadramento destas novas “queixas sociais”, o sentido seria quebrar ou ignorar as formas institucionais e bem balizadas já existentes, à partida, para resolver os “problemas”?

Por fim, perguntamo-nos como é que essas “queixas sociais” se relacionam com a cadeia tradicional de produção das políticas públicas e que pressupõe a iniciativa do Estado e a subordinação de uma “demanda social” às soluções que ele desenvolveu para lhes responder, através de um sistema de direitos e benefícios condicionados e legitimados, em última instância, pela ideia de um “interesse geral”. Em que medida estas novas “queixas sociais” não busariam reverter essa cadeia tradicional de produção das políticas públicas, impondo uma definição do problema e, ao mesmo tempo, a sua solução, arrombando o “guichê” onde termina a “prestação de serviços” na corrente clássica? Em que medida a política pública não é obrigada a atravessar o “guichê” para ir à procura, junto de utilizadores relutantes, de um desfecho que ela dificilmente conseguirá sem eles? De que maneiras específicas as novas “queixas sociais” desafiam o Estado, às vezes através da judicialização dos problemas e dos direitos, às vezes por meio de políticas públicas, às vezes fingindo ignorar os seus poderes, simplesmente em nome de um desejo de poderem sere elas mesmas?

Problématique

Nouveaux modes d'expression des sentiments d'injustice, rapports avec l'action collective et modes d'interpellation de l'État

Une croissante conscience des limites de ce qui est acceptable en même temps que l'affûtage des systèmes de scrutin publics, exacerbent la sensibilité au sort de ceux qui sont soumis à des situations de mépris et d'humiliation qui vont être indexées, ainsi, sur des échelles de tolérance de plus en plus réduites. En même temps que sont démultipliés les expressions et les lieux des exclusions, se font également jour de nouvelles «plaintes sociales» (J.L. Génard, 2006) douloureuses et qui se présentent comme des vrais coups de poing dans la face d'une société qui était habituée à les garder dans la sphère de l'invisibilité (V. Châtel, 2003).

Ces «plaintes sociales» peuvent éclore autour de situations qui portent atteinte à la dignité sociale, à l'affirmation citoyenne ou à l'exercice de la citoyenneté, à l'expression d'identités ou à des appartenances revendiquées... Elles peuvent manifester les souffrances causées par des attentats à l'intégrité physique, morale... des individus, des communautés ou des attributs qui peuvent les singulariser et qui sont remis en cause. L'émergence de ces expressions des plaintes sociales, qui ne sont pas (encore ?) des «vrais» problèmes sociaux ou qui subvertissent les vieux, n'est pas tout à fait nouvelle. Il nous intéresse, d'ailleurs, d'en retracer l'évolution de façon à mieux saisir la spécificité de celles qui se font jour.

À un autre niveau, nous voulons nous interroger sur le statut de ces «plaintes sociales» par rapport à l'action collective. Comment s'intègrent-elles dans les mouvements sociaux et la dynamique de définition des problèmes sociaux qui suppose une évidence collective, plutôt largement partagée, la conviction que les situations pourront effectivement changer et, en même temps, l'adhésion à un idéal normatif valorisé capable d'orienter le sens du changement. Pourrait-on penser que dans le cadre de ces «plaintes sociales» l'on cherche davantage à briser ou à passer outre les voies institutionnelles et balisées qui sont déjà là, au départ, pour résoudre les «problèmes»?

Finalement, nous nous interrogeons sur la façon dont ces «plaintes sociales» se situent par rapport à la chaîne classique de la production des politiques publiques, qui suppose l'initiative de l'État et la subordination de la «demande sociale» aux solutions qu'il met en place, à travers un système de droits et de bénéfices conditionnés et légitimés, en dernière instance, par l'idée d'un «intérêt général». Dans quelle mesure ces nouvelles «plaintes sociales» ne cherchent-elles pas à renverser cette chaîne classique de production des politiques publiques en imposant une définition du problème et en même temps sa solution, en enfonçant le «guichet» qui clôt la «prestation du service» dans la chaîne classique ? Dans quelle mesure la politique publique n'est-elle pas obligée de traverser le «guichet» pour aller chercher, auprès d'usagers réticents, un aboutissement qu'elle trouve difficilement sans eux. De quelles manières spécifiques les nouvelles «plaintes sociales» interpellent-elles l'État, tantôt par la voie de la judiciarisation et des droits, tantôt par la voie des politiques publiques, tantôt, encore, en feignant ignorer ses pouvoirs au nom, tout simplement, d'un désir d'être soi.

Génard, J.L., "Plainte Sociale et Culture Politique" in Jacques Marquet et Yves Cartuyvels, *Attentes sociales et demandes de justice: les mobilisations blanches et après*, Presses FUSL, 2001.
Châtel, Vivianne, *L'Inexistence sociale*, Fribourg, Academic Press Fribourg

Programa

Sexta-feira, 3 de maio

<p>Sessão 1 8,30-9h</p>	<p>Apresentação do Seminário Casimiro Balsa <i>Cics.Nova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL</i></p>
<p>Sessão 2 9-10,30h</p>	<p>Lindomar Wessler Boneti <i>Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Br</i> O Descompasso entre os Preceitos do Estado Racional, o Novo Perfil da Ação Coletiva e o Advento da Insurgência na Contemporaneidade</p>
<p>10,30-11h Pausa</p>	
<p>Sessão 3 11-12,30h</p>	<p>Andreia Lemaître <i>Université Catholique de Louvain Professeure Invitée CICS.NOVA</i> Institucionalização d’iniciativas de economia social e solidária: análise e desafios através de uma abordagem institucional e substantiva da economia</p>
<p>12,30-14 - Almoço</p>	
<p>Sessão 4 14-15,30h</p>	<p>Maria João Leote de Carvalho <i>Cics.Nova, FCSH, UNL</i> Direitos Humanos, Justiça e Segurança: os (novos) contornos da privação de liberdade na infância e juventude</p>
<p>15,30-16h</p>	<p>Pausa</p>
<p>Sessão 5 16-18h</p>	<p>Michel Messu <i>PHILÉPOL-Université Paris Descartes</i> L’Ère de la Victimisation</p>

Sábado, 4 de maio

<p>Sessão 6 9-10,30h</p>	<p style="text-align: center;">Manuel Carlos Silva <i>Cics.Nova, Universidade do Minho</i> <i>Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM_UnBrasília)</i></p> <p style="text-align: center;">Fernando Bessa <i>Cics.Nova, Universidade do Minho</i></p> <p style="text-align: center;">A habitação em Portugal: Um direito fundamental e problema social agudo mas com débil ação coletiva</p>
<p>10,30 -11h Pausa</p>	
<p>Sessão 7 11-12,30h</p>	<p style="text-align: center;">Cristina Albuquerque <i>Universidade de Coimbra e Cics.Nova, FCSH, UNL</i></p> <p style="text-align: center;">Os processos contemporâneos de "racionalização difusa" na luta contra as desigualdades</p>
<p>12,30-14h Pausa para almoço</p>	
<p>Sessão 8 14-15,30h</p>	<p style="text-align: center;">Vivianne Châtel <i>Université de Fribourg e Cics.Nova, FCSH, UNL</i></p> <p style="text-align: center;">TT</p>
<p>15,30-16h Pausa</p>	
<p>Sessão 9 16-18h</p>	<p style="text-align: center;">Marc-Henry Soulet <i>Université de Fribourg e Cics.Nova, FCSH, UNL</i></p> <p style="text-align: center;">Des inégalités aux injustices. Les transformations de l'action publique face aux mutations du malaise social</p>